

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS ESTADO DO PARANÁ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 001/2024

PRESENCIAL APOIO ADMINISTRATIVO – EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 16.368.792/0001-91, com sede profissional na Rua Vicente Machado nº 172 A, Centro, na cidade de Abatiá-Paraná, Comarca de Ribeirão do Pinhal - Paraná, neste ato representada por seu **Sócio Administrador, Sra. GISLAINE CRESPO LOURENÇO MENON**, brasileira, nascida em 26/01/1980, casada, empresaria, CPF nº 024.931.559-98, Carteira de Identidade nº 6.866.627-0, órgão expedidor SESP - PR, residente e domiciliada em Curitiba - PR, Brasil, com fundamento no com fundamento no 41 §2º da Lei 8.666/93, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** e **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS** em face do edital em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito que abaixo seguem:

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ilustre pregoeiro, o julgamento do presente petição recai sob sua responsabilidade, em vista do que **confiamos na sua lisura, isonomia e imparcialidade**, evitando, assim, a busca do Poder Judiciário para haver a devida apreciação do processo licitatório em apreço, pois apenas almejamos o cumprimento dos ditames da Lei e da Constituição, assim como da Jurisprudência da Corte Máxima de Contas do País.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Cumpra esclarecer que a presente impugnação, É plenamente tempestiva, visto que, observando o disposto nos itens 16.1 do Edital, impugnamos acerca do ato convocatório dentro do prazo de 02 dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação.


2.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

Desta forma, tendo em vista que a sessão de licitação está marcada para 15 de fevereiro de 2024, a impugnação encontra-se tempestiva.

III. - DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS

3.1 - DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO 4 A FRENTE E 3 ATRÁS:

O Edital exige na descrição do objeto com as características constante do MODELO 07, em especial a transmissão, com 04 (quatro) a frente e 03 (três) a ré, senão vejamos:

**PAM - 2023 - SECID**

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

EDITAL DE: **PREGÃO** nº /2.0 LOTE Nº: **01**

PROponente:

Prefeitura Municipal SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – Pr.

NOME DO BEM: **PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS** Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: **01 (UMA)**

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
1. MARCA/MODELO	Indicar	
1.1. Fabricação/Série	Última série, zero hora	
2. MOTOR		
2.1. Marca/ Modelo	Indicar	
2.2. Potência líquida no volante (máxima HP)	127 HP (que atenda ao controle de emissão de poluentes – PROCONVE MAR-1 -CONAMA) 06 cilindros turbo	
3. TRANSMISSÃO		
3.1. Tipo de transmissão	Hidrostático ou Powershift	
3.2. Nº de marchas/velocidade à frente	04 (quatro) a frente e 03 (três) a ré	
4. CAPACIDADE E PESO		

Ora, não há dúvidas que há um detalhamento excessivo, sem qualquer motivação, que restringe a ampla participação. Em recente decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, foi decidido por meio do Acórdão 597/2020 Tribunal Pleno que o detalhamento excessivo do objeto, sem justificativa técnica, restringe a competitividade e direciona a licitação.

A presente licitação ocorre na busca do menor preço x melhor qualidade do objeto.

A presente empresa, tem nos seus rols de máquinas, uma exclusiva e específica que atende as exigências do Estado, mas , contudo, possui 4 marchas a frente e 2 a Ré, o que não desqualifica nem um pouco a máquina e nem as exigências editalícias.

Verifica-se que vários Municípios e Estados preferem máquinas de 125HP com 4 marchas a frente e 2 a Ré, podendo ser ofertada também com quantidade de Ré superior ao requerido.

Verifica-se abaixo um exemplo onde o Município requer com requisito mínimo a transmissão de 4 a frente e 2 a Ré:

 SISTEMA DE FINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07		
EDITAL DE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2.023		LOTE Nº: 1
PROPOSTANTE: Prefeitura Municipal Nova Esperança do Sudoeste – Pr.		
NOME DO BEM: PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS		Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: 01 (UMA)
(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
1. MARCA/MODELO	Indicar	
1.1. Fabricação/Série	Última série, zero hora	
2. MOTOR		
2.1. Marca/ Modelo	Indicar	
2.2. Potência líquida no volante (máxima HP)	125 HP (que atenda ao controle de emissão de poluentes – PROCONVE MAR-I -CONAMA)	
2.3. Tipo de tração	4x4	
3. TRANSMISSÃO		
3.1. Tipo de transmissão	Indicar	
3.2. Nº de marchas/velocidade à frente	04 (quatro) a frente e 02 (duas) a ré	
4. CAPACIDADE E PESO		

A Economia sem perda de qualidade é o ponto principal aqui discutido, nossa intuição é oferecer ao Estado de Rondônia um excelente produto sem perda de qualidade.

Temos certeza que o ilustre pregoeiro, também pensa em garantir ao seu Estado uma economia e garantir o melhor equipamento.

A transmissão de 4 a frente 3 a ré ou 2 a Ré, não interfere em nada o desempenho da máquina ofertada.

O que interfere são potência, carga, peso, para o desenvolvimento da máquina.

Ocorre, que a Lei de Licitações dispõe em seu artigo 7º, §5º que é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens de marcas, características e especificações exclusivas, ou seja, ao exigir as especificações nos termos fixados no termo de retificação do Edital, o edital está impondo especificações exclusivas de determinada marca.

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

No tocante as especificações sem justificativas técnicas/operacionais e econômicas, em recente decisão o TCU determinou a anulação de licitação e contrato nos seguintes termos:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA LIMPAGO COM PREVISÃO DE APOIO DE RECURSOS FEDERAIS. **RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE DO CERTAME QUANTO A UM DOS EQUIPAMENTOS LICITADOS (PÁ CARREGADEIRA). REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA QUE A LICITAÇÃO SEJA ANULADA QUANTO AO REFERIDO ITEM, ASSIM COMO O SUBSEQUENTE CONTRATO.**

36. Não é razoável exigir um vão livre mínimo de 420 mm e que o motor seja do próprio fabricante sem justificativa técnica/operacional e econômica.

53. Ante ao exposto, resta caracterizado a inexistência de justificativa de natureza técnica e/ou operacional para sustentar as exigências de 'vão livre do solo mínimo de 420 mm' e de 'motor próprio do fabricante', incorrendo em restrição indevida à competitividade da licitação, impedindo a participação de um maior número de licitantes no mencionado certame e prejudicando a satisfação da obtenção da proposta mais vantajosa.

c.2) promova a anulação de todos os atos inerentes ao seguinte item do Pregão Presencial 10/2009, em razão de descumprimento do art. 3º, II, da Lei 10.520/2012 e do art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93, na medida em que houve restrição injustificada ao caráter competitivo do certame, ao se exigir no edital, 'vão livre do solo mínimo de 420 mm' e de 'motor próprio do fabricante', sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional.

Dessa forma, vê-se que o Edital apresenta exigência técnica abusiva, que **em nada pode interferir tecnicamente no desempenho/funcionamento normal do equipamento objeto deste certame, ou seja, se apresenta como condição ilegal irrelevante, de caráter somente restritivo e que fere o princípio da competitividade do certame.**

O Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 2441/2017 do Plenário decidiu que: **"cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica."**

A licitação busca promover a ampla competitividade. Dessa forma, todos os pressupostos ou condições que impliquem restrição ao caráter competitivo do procedimento licitatório devem ser rechaçados, vez que a Lei 8.666/93, veda de forma expressa a fixação de cláusulas que restrinjam o caráter competitivo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo,** inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifamos).

Ocorre que a especificação “4 marchas à frente e 3 a ré” incluída no objeto não possui justificativas técnicas expressas no edital. Tal fato comprova que é uma peculiaridade que não influencia no uso e desempenho do bem licitado e acaba por direcionar a licitação.

Sabe-se que todo Órgão Público é obrigado por Lei a proceder estudos pormenorizados dos quantitativos e especificações dos bens e serviços exigidos, apresentando as devidas justificativas no processo licitatório, sob pena de violação os princípios licitatórios.

Sobre a fixação de exigências restritivas, o Tribunal de Contas da União também já se manifestou, determinando a suspensão do certame, em razão da ausência de justificativas técnicas que direcionavam a licitação para determinado fabricante por conta de especificações:

ACÓRDÃO Nº 2387/2013 – TCU – Plenário SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO COM INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES PARA MODELOS DE DETERMINADO FABRICANTE DE CULTIVADORES MOTORIZADOS. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. ALEGAÇÃO DE QUE A ESPECIFICAÇÃO CONSTOU DO PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DIRECIONADA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. CIÊNCIA AO CONCEDENTE ACERCA DAS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E AOS DEMAIS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO. (Grifamos)

Em outra licitação, cujo objeto é semelhante ao ora questionado (pá carregadeira), o TCU também determinou a nulidade do processo em virtude de especificações restritivas e direcionadas.

ACÓRDÃO Nº 2230/2012 – TCU – Plenário Sumário: REPRESENTAÇÃO. AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA COM RECURSOS TRANSFERIDOS PELO

Rua Vicente Machado, 72-A - Centro - Abatiá/PR

Telefone: (41) 9 9781-4081 / (41) 9 9916-0369

www.presencialconsultoria.com.br

contato@presencialconsultoria.com.br

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.
EXISTÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL QUE DIRECIONAM PARA
AQUISIÇÃO DE MODELO DE UM FRABRICANTE ESPECÍFICO. CONCESSÃO DE
CAUTELAR. OITIVAS. ANÁLISES DAS JUSTIFICATIVAS. NÃO AFASTAMENTO DA
IRREGULARIDADE. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME.
(Grifamos)

Ainda o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em acertada decisão nos autos de Representação da Lei nº 8.666/93 - Processo nº 350194/20182 – despacho 769/2018, concedeu medida cautelar suspendendo a licitação de máquinas pesadas por conter exigências técnicas indevidas que maculam o caráter competitivo, bem como no processo de autuação nº: 473486/20193 , também prosseguiu com concessão de medida cautelar de suspensão da licitação.

A inclusão de itens, cláusulas e condições nos objetos desta licitação, sem a necessidade e justificativa técnica devida, beneficiando uma ou outra empresa isoladamente, caracteriza-se como prática comprovadamente ilegal.

Todas as exigências no edital devem vir munidas pela razoabilidade devida. Sobre o tema, a doutrina preceitua:

A razoabilidade é o ‘bom senso’ da administração e a proporcionalidade a compatibilidade entre o fim que se quer alcançar e o ato a ser utilizado.

Essa tratativa principiológica consiste em evitar restrições, abusos ou excessos, de modo a ligar as ações meio e fins sem que haja discrepâncias muito grandes de um ponto a outro, evidenciando que os princípios infraconstitucionais aplicáveis ao âmbito Administrativo, devem estar pautados de forma ponderada a fim de coibir excessos, cada qual de acordo com a análise do caso concreto.

A proporcionalidade e o bom-senso deveriam prevalecer, entretantes, exsurge claro e insofismável que esta Administração furtou o caráter competitivo do certame ao exigir, sem qualquer justificativa técnica, que o objeto ora licitado possua “4 marchas à frente e 3 a ré” em uma máquina de 120HP ou seja, outros equipamentos similares da mesma categoria existentes no mercado nacional estão ilegalmente impossibilitados de participar deste questionável certame.

Desta forma, nota-se excessiva e desproporcional a especificação técnica na tentativa de beneficiar alguns particulares, tendo em vista que a mesma não apresenta nenhum benefício, muito pelo contrário, acaba por assegurar discriminação desproporcional à obtenção da contratação mais vantajosa, furtando o caráter competitivo do certame, que pela doutrina é definido como:

“O princípio da competitividade significa a exigência de que a Administração Pública fomenta e busque agregar à licitação pública o maior número de interessados, para que, com olhos na eficiência e na isonomia, aumentando o universo das propostas que lhes são encaminhadas, ela possa legitimamente escolher aquela que seja a mais vantajosa ao interesse público.” (Grifamos)

Importante salientar ainda que no mercado nacional de máquinas e equipamentos, existem outros fabricantes que oferecem equipamentos capazes de atender o interesse público de forma eficiente.

Ainda, diversas marcas conceituadas no mercado de maquinários estão impedidas de participar do referido certame, por uma exigência restritiva e vazia, a qual não influencia no desempenho e no uso do maquinário, haja vista que possuem “4 marchas à frente e 3 à ré”.

Ou seja, outros tantos fabricantes também estabelecidos no Brasil estarão ilegalmente, por consequência de um ato e de uma exigência imotivada, impedidos de participar do certame, por conta de exigências vazias, comprovadamente ilegais, que ferem o caráter competitivo do certame e que em absolutamente nada interferem no funcionamento ou desempenho do equipamento objeto deste.

Desta forma, de acordo com a fundamentação trazida, resta mais que evidenciado que a exigência apresentada no termo de referência do presente edital torna-se limitadora e de caráter restritivo a ampla concorrência, vez que do maquinário licitado, referida especificação coloca óbice a participação de inúmeras licitantes que poderiam fornecer equipamento de ótima qualidade com preço adequado.

Convém destacar, que o Ministério Público de Santa Catarina, através do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do Grupo Especial Anticorrupção (GEAC) editou e aprovou Nota Técnica, orientando os promotores de justiça acerca da fiscalização dos editais de licitação, destinados a aquisição de máquinas pesadas, em razão da detecção de fraudes que restringiam e direcionavam licitações para esse tipo de objeto, através da inserção de exigências desnecessárias e incompatíveis com o interesse público.

Com efeito, os ilustres membros do Parquet sedimentaram entendimento no sentido de que nas licitações para compra de máquinas pesadas, no objeto deve estar descrito somente as características básicas do equipamento, abstenho-se de incluir especificações numéricas exatas.

Desta forma, cumpre destacar que, conforme a nota técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e do Grupo Especial de Anticorrupção, é ilegal a especificação acima questionada, senão vejamos:

1. Nas licitações para compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital **somente as características básicas do equipamento que tenham por fim, exclusivamente, definir a sua categoria, sendo suficientes a definição das seguintes especificações para cada tipo de máquina:**

c) **Pá carregadeira: potência mínima, peso operacional mínimo, concha, , conjunto de ferramentas.**

O Acórdão 214/2020 TCU Plenário, menciona a Nota Técnica do Ministério Público de Santa Catarina, como forma de subsidiar a decisão de anular a licitação que exigiu especificações restritivas, nos seguintes termos:

37. Por oportuno cabe destacar que consta nos autos a Nota Técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do grupo especial anticorrupção (GEAC) 2/2017, do Ministério Público de Santa Catarina, que orienta aos promotores de justiça com atuação na área de Moralidade Administrativa no sentido de que, para a compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital somente as características básicas do equipamento. E ainda delimita que, no caso de pá carregadeira, especifique somente potência mínima, peso operacional mínimo, volume mínimo da caçamba e dimensão mínima da sapata (peça 39, p.3-4).

Assim, requer-se a imediata alteração da especificação técnica do objeto, excluindo a exigência de “4 marchas à frente e 3 à ré”, visto que, como abordado, não interfere na qualidade do desempenho do bem licitado, restringindo sem qualquer justificativa técnica o certame e passando a constar no Edital de no mínimo 4 marchas a frente e 2 a Ré.

3.2. - DA POTENCIA DE 127 HP

Outro ponto a ser examinado pelos Doutos Julgadores, é a descrição do objeto com as características constante do MODELO 07, em especial a transmissão, potência de 127 HP, senão vejamos:

PAM - 2023 - SECID

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

EDITAL DE: **PREGÃO**

nº **/2.0**

LOTE Nº: **01**

PROPOSTANTE:

Prefeitura Municipal SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – Pr.

NOME DO BEM: **PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS**

Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: **01 (UMA)**

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
1. MARCA/MODELO	Indicar	
1.1. Fabricação/Série	Última série, zero hora	
2. MOTOR		
2.1. Marca/ Modelo	Indicar	
2.2. Potência líquida no volante (máxima HP)	127 HP (que atenda ao controle de emissão de poluentes – PROCONVE MAR-I -CONAMA) 06 cilindros turbo	
3. TRANSMISSÃO		
3.1. Tipo de transmissão	Hidrostático ou Powershift	
3.2. Nº de marchas/velocidade à frente	04 (quatro) a frente e 03 (três) a ré	
4. CAPACIDADE E PESO		

A máquina ofertada é de 125 HP, não havendo diferença significativa, para o mínimo exigido em Edital.

A presente licitação ocorre na busca do menor preço x melhor qualidade do objeto.

A presente empresa, tem nos seus rols de máquinas, uma exclusiva e específica que atende as exigências do Estado, mas, contudo, possui 125 HP, o que não desqualifica nem um pouco a máquina e nem as exigências editalícias.

Verifica-se que vários Municípios e Estados preferem máquinas de 125HP, podendo ser ofertada também com quantidade de HP superior ao requerido.

Verifica-se abaixo um exemplo onde o Município requer com requisito mínimo é de 125 HP:

SFM SISTEMA DE FINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ		
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07		
EDITAL DE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2.023	LOTE Nº: 1	
PROPOSTANTE:		
Prefeitura Municipal Nova Esperança do Sudoeste – Pr.		
NOME DO BEM: PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS	Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: 01 (UMA)	
(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
1. MARCA/MODELO	Indicar	
1.1. Fabricação/Série	Última série, zero hora	
2. MOTOR		
2.1. Marca/ Modelo	Indicar	
2.2. Potência líquida no volante (máxima HP)	125 HP (que atenda ao controle de emissão de poluentes – PROCONVE MAR-I -CONAMA)	
2.3. Tipo de tração	4x4	
3. TRANSMISSÃO		
3.1. Tipo de transmissão	Indicar	
3.2. Nº de marchas/velocidade à frente	04 (quatro) a frente e 02 (duas) a ré	
4. CAPACIDADE E PESO		

A Economia sem perda de qualidade é o ponto principal aqui discutido, nossa intuição é oferecer ao Estado de Rondônia um excelente produto sem perda de qualidade.

Desta forma requer que seja deferido a alteração do Edital e seu anexo modelo 07, para potência mínima de 127HP para potência mínima de 125 HP.

IV. - DO DIREITO

4.1. - DO DESCUMPRIMENTO LEGAL

Neste rumo, resta evidente que as exigências do objeto afrontam o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, em especial no artigo 3º. Senão, vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;**

Ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o Edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um melhor preço.

Também há afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da igualdade, insertos no art. 3º da Lei 8.666/93, o qual dispõe que:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será **processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Semelhante regra consta do caput do art. 5º, do Decreto 5450/2005, que acrescenta o princípio da razoabilidade:

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade

administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da **razoabilidade, competitividade** e proporcionalidade.

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e dispõe:

“Art. 37... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Neste sentido, em consonância ao princípio da Soberania Constitucional, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 veda de forma clara e veemente a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições, julgamentos e decisões que discriminem ou afastem o caráter competitivo do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato.

O inciso I do art. 40, da lei r. Lei estabelece que o objeto deve ser descrito no edital de licitação de forma sucinta e clara, pois a licitação busca promover a ampla competitividade.

Dessa forma, todos os pressupostos ou condições que impliquem restrição ao caráter competitivo do procedimento licitatório devem ser rechaçados, vez que a o inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/93, veda de forma expressa a fixação de cláusulas que restrinjam o caráter competitivo:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1o É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio

dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Não obstante, a Lei Geral de Licitações, em seu art. 7º, §5º e §6º, se posiciona expressamente contrário ao direcionamento e a concomitante restrição da competitividade ao procedimento licitatório, ou seja é vedado a realização de licitação cujo objeto inclua bens de marcas, características e especificações exclusivas, que visa exigir as especificações nos termos fixados no termo do Edital, impondo especificações exclusivas de determinada marca, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 7º... §5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

A doutrina de Hely Lopes Meirelles, acerca da de tão relevante tema, assim nos ensina:

“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)”

Sobre a fixação de exigências restritivas, o Tribunal de Contas da União também já se manifestou, determinando a suspensão do certame, em razão da ausência de justificativas técnicas que direcionavam a licitação para determinado fabricante por conta de especificações:

ACÓRDÃO Nº 2387/2013 – TCU – Plenário SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO COM INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES PARA MODELOS DE DETERMINADO FABRICANTE DE CULTIVADORES MOTORIZADOS. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. ALEGAÇÃO DE QUE AESPECIFICAÇÃO CONSTOU DO PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DIRECIONADA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO

CERTAME. CIÊNCIA AO CONCEDENTE ACERCA DAS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E AOS DEMAIS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO. (Grifamos)

Desta forma, nota-se excessiva e desproporcional a especificação técnica na tentativa de beneficiar alguns particulares, tendo em vista que a mesma não apresenta nenhum benefício, muito pelo contrário, acaba por assegurar discriminação desproporcional à obtenção da contratação mais vantajosa, furtando o caráter competitivo do certame, que pela doutrina é definido como:

“O princípio da competitividade significa a exigência de que a Administração Pública fomenta e busque agregar à licitação pública o maior número de interessados, para que, com olhos na eficiência e na isonomia, aumentando o universo das propostas que lhes são encaminhadas, ela possa legitimamente escolher aquela que seja a mais vantajosa ao interesse público.”(Grifamos)

Convém destacar, que o Ministério Público de Santa Catarina, através do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do Grupo Especial Anticorrupção (GEAC) editou e aprovou Nota Técnica, orientando os promotores de justiça acerca da fiscalização dos editais de licitação, destinados a aquisição de máquinas pesadas, em razão da detecção de fraudes que restringiam e direcionavam licitações para esse tipo de objeto, através da inserção de exigências desnecessárias e incompatíveis com o interesse público.

Com efeito, os ilustres membros do Parquet sedimentaram entendimento no sentido de que nas licitações para compra de máquinas pesadas, no objeto deve estar descrito somente as características básicas do equipamento, abstendo-se de incluir especificações numéricas exatas.

Desta forma, cumpre destacar que, conforme a nota técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e do Grupo Especial de Anticorrupção, é ilegal a especificação acima questionada, senão vejamos:

1. Nas licitações para compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital **somente as características básicas do equipamento que tenham por fim, exclusivamente, definir a sua categoria, sendo suficientes a definição das seguintes especificações para cada tipo de máquina:**

d) Pá Carregadeira: potência, peso operacional mínimo, volume mínimo da caçamba, caçamba dentada ou lâmina.

O Acórdão 214/2020 TCU Plenário, menciona a Nota Técnica do Ministério Público de Santa Catarina, como forma de subsidiar a decisão de anular a licitação que exigiu especificações restritivas, nos seguintes termos:

37. Por oportuno cabe destacar que consta nos autos a Nota Técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do grupo especial anticorrupção (GEAC) 2/2017, do Ministério Público de Santa Catarina, que orienta aos promotores de justiça com atuação na área de Moralidade Administrativa no sentido de que, para a compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital somente as características básicas do equipamento. E ainda delimita que, no caso de pá carregadeira, especifique somente potência mínima, peso operacional mínimo, volume mínimo da caçamba e dimensão mínima da sapata (peça 39, p.3-4).

Ainda, recentemente a Coordenadoria de Gestão Municipal do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Processo Representação nº 122946/21) reforçou a aplicação das exigências nos descritivos dos maquinários conforme disposto na Nota Técnica nº 02/2017, do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, do Ministério Público de Santa Catarina:

Cabe ressaltar que a Nota Técnica nº 02/2017, do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, do Ministério Público de Santa Catarina (peça 08), entende suficiente, para a compra de pá carregadeira, a definição de potência, peso operacional mínimo, volume mínimo de caçamba, caçamba dentada ou lâmina, destacando que “as diversas marcas concorrentes, mesmo com algumas especificações distintas, apresentam desempenho semelhante, suficiente para o serviço de uma Prefeitura Municipal”. Em relação ao fato de o objeto ter sido adquirido com verbas repassadas por intermédio do Convênio MAPA nº 891940/2019, a aprovação pelo Ministério responsável não afasta a responsabilidade do gestor municipal pela eventual fixação de cláusula restritiva no edital, considerando que a delimitação do objeto é realizada pelo Município.

Diante do exposto, **opina-se pelo conhecimento e procedência da Representação, com a aplicação de uma multa** do art. 87, inc. IV, “g”, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, ao Sr. Paulo Cezar Casaril, Prefeito Municipal, em razão da violação do art. 3º, inc. II, da Lei nº 12.520/02.” (grifo nosso)

Por fim, no recente Parecer nº 307/21 emitido pelo d. Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (Processo Representação nº 122946/21), além da multa remetida ao Prefeito, foi recomendado ao Município revisar os descritivos de maquinários licitados, de acordo com a Nota técnica do MPSC, para não incorrer novamente em ilegalidades:

Este Ministério Público de Contas corrobora integralmente as conclusões da CGM e opina pela procedência da presente Representação. **Sugerimos a expedição de recomendação para que o Município revise as exigências dos equipamentos a serem licitados, limitando-se a descrever a potência, peso operacional mínimo, volume mínimo de caçamba, caçamba dentada ou lâmina, já que as diversas marcas concorrentes, mesmo com algumas especificações distintas, apresentam desempenho semelhante, suficiente para o serviço de uma Prefeitura Municipal.**

Não apresentamos oposição à aplicação da multa ao gestor municipal proposta pela unidade técnica.

A competitividade é um princípio fundamental da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e culminando pena aos agentes que ensejarem frustrar este princípio

V – DOS PEDIDOS

Pelos ditames normativo-princípios supracitados, requer-se:

- a) Seja recebida, processada e julgada procedente a presente impugnação;
- b) Seja RETIFICADO alteração do Edital, excluindo a exigência de “4 marchas à frente e 3 à ré”, visto que, como abordado, não interfere na qualidade do desempenho do bem licitado, restringindo sem qualquer justificativa técnica o certame e passando a constar no Edital de no mínimo 4 marchas a frente e 2 a Ré.
- c) Seja RETIFICADO alteração do Edital para exigência de potencia mínima de 125HP ao invés de 127 HP conforme exigido.
- d) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor. Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável quanto a pretensão requerida.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2024

PRESENCIAL APOIO ADMINISTRATIVO – EIRELI – ME
GISLAINE CRESPO LOURENÇO MENON



JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



Presencial Apoio Administrativo Eireli - ME
CNPJ/MF: 16.368.792/0001-91
Contrato por Transformação de Empresário Individual
em Eireli

Gislaine Crespo Lourenço Menon, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, maior, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 6.866.619-8, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF: 024.931.559-98, residente e domiciliada na Rua Eloi Pereira, 123, centro, Abatiá-(PR), CEP: 86.460-000; titular da empresa individual **Gislaine Crespo Lourenço Menon – Cobranças e Cadastros - ME**, com sede na Rua José Carvalho de Oliveira, 151, Fundos, centro, Abatiá-(PR), CEP: 86.460-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.368.792/0001-91, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº. 4110726435-1, por despacho em sessão de 30 de Janeiro de 2015, ora transforma seu registro de Empresário em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1.033 e 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

CLAUSULA PRIMEIRA - Fica transformada Firma Empresária em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI, sob a denominação **Presencial Apoio Administrativo EIRELI - ME** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLAUSULA SEGUNDA - O acervo desta Empresa, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), passa a constituir o capital da EIRELI, mencionada na cláusula anterior.

§ ÚNICO: O Capital Social Totalmente Integralizado já fazia parte do acervo da empresa **GISLAINE CRESPO LOURENÇO MENON – COBRANÇAS E CADASTROS – ME**, NIRE 4110726435-1.

CLAUSULA TERCEIRA - Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor seguinte:

Gislaine Crespo Lourenço Menon, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, maior, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 6.866.619-8, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF: 024.931.559-98, residente e domiciliada na Rua Eloi Pereira, 123, centro, Abatiá-(PR), CEP: 86.460-000; titular da empresa individual **Presencial Apoio Administrativo Eireli - ME**, com sede na Rua José Carvalho de Oliveira, 151, Fundos, centro, Abatiá-(PR), CEP: 86.460-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.368.792/0001-91, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº. 4110726435-1, por despacho em sessão de 30 de Janeiro de 2015, ora transforma seu registro de Empresário em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1.033 e 980-A da Lei nº

9.

Presencial Apoio Administrativo Eireli - ME
CNPJ/MF: 16.368.792/0001-91
Contrato por Transformação de Empresário Individual
em Eireli



JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



10.406/2002, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa gira sob o nome empresarial de **Presencial Apoio Administrativo Eireli - ME**, e terá sede e foro à Rua José Carvalho de Oliveira, 151, Fundos, centro, Abatiá-(PR), CEP: 86.460-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social na importância de R\$ 80.000,00 – (oitenta mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país, em sua totalidade pelo titular **Gislaine Crespo Lourenço Menon**.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto da empresa será de:

- 8211300 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 4321500 Instalação e manutenção elétrica;
- 8291100 Atividades de cobrança e informações cadastrais;
- 8219999 Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente;
- 8219901 Fotocópias;
- 4322301 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
- 4330499 Outras obras de acabamento da construção;
- 4330405 Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores;
- 4330402 Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
- 4330404 Serviços de pintura de edifícios em geral;
- 4330401 Impermeabilização em obras de engenharia civil;
- 1813099 Impressão de material para outros usos;
- 5320202 Serviços de entrega rápida;
- 4520007 Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
- 2822401 Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios;
- 2930101 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões;
- 2930102 Fabricação de carrocerias para ônibus;
- 2930103 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus;
- 2949299 Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente;
- 2910702 Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários;
- 3099700 Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente;
- 4530704 Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores;
- 7111100 Serviços de arquitetura;
- 7119703 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia;
- 7119704 Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho;
- 7320300 Pesquisas de mercado e de opinião pública;

G.

Presencial Apoio Administrativo - Eireli - ME

CNPJ/MF: 16.368.792/0001-91

Contrato por Transformação de Empresário Individual em Eireli



- 7490199 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;
4520001 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
8299799 Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente;
6201500 Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda.

CLÁUSULA QUARTA: A empresa iniciou suas atividades em 02/07/2012 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: A administração da empresa caberá a titular **Gislaine Crespo Lourenço Menon**, com os poderes e atribuições de administrador autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

§ PRIMEIRO: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da empresa, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar em favor do próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

§ SEGUNDO: Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA: O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término do exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

CLÁUSULA NONA: A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante liberação assinada pelo titular.

CLÁUSULA DÉCIMA: O empresário poderá fixar uma retirada mensal, à título de "pro-labore" observando as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado o titular da Eireli, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, verificada em balanço especialmente levantado.

§ ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda

G.



JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



Presencial Apoio Administrativo - Eireli - ME
CNPJ/MF: 16.368.792/0001-91
Contrato por Transformação de Empresário Individual
em Eireli

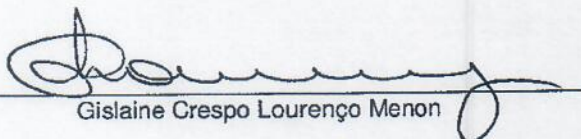
que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.


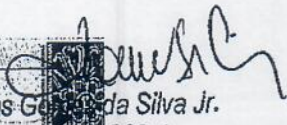

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da comarca de Ribeirão do Pinhal-(PR) para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A empresa representada por seu titular, declara para todos os fins que permanece na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

E por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento de empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Abatiá-(PR), 23 de Março de 2015.


Gislaine Crespo Lourenço Menon

	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ AGENCIA REGIONAL DE BANDEIRANTES CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/04/2015 SOB NÚMERO: 41600191340 Protocolo: 15/181401-5 DE: 07/04/2015	 Isaias Gomes da Silva Jr. RG 5.138.600-4 RELATOR
PRESENCIAL APOIO ADMINISTRATIVO - EIRELI - ME		 LIBERTAD BOGUS SECRETARIA GERAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1727649532

Nome
GISLAINE CRESPO LOURENÇO MENON

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
68666198 SESP PR

CPF
024.931.559-98

DATA NASCIMENTO
26/01/1980

FILIAÇÃO
JOSE CELSO LOURENÇO
LEONICE CRESPO LOURENÇO

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00660855225

VALIDADE
28/08/2023

1ª HABILITAÇÃO
28/04/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
28/08/2018

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

06189219494
PR915071411

PARANÁ

DENATRAN **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN